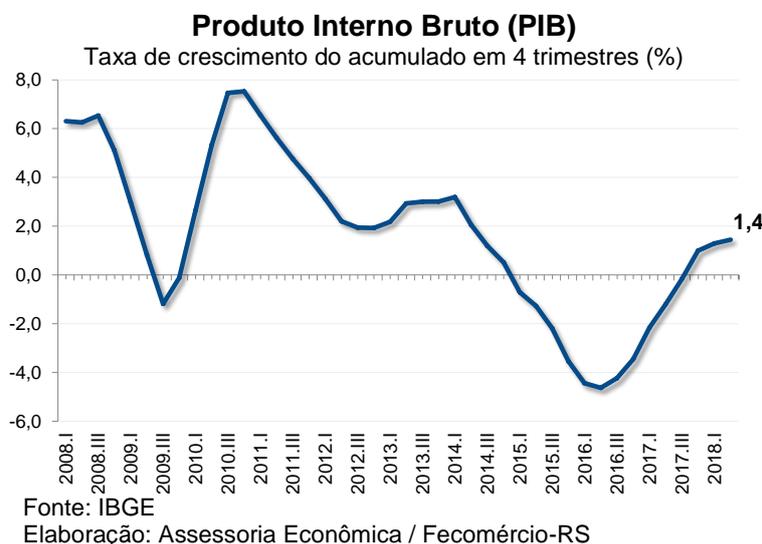


Dados divulgados entre os dias 27 de agosto e 31 de agosto

Contas Nacionais Trimestrais

No segundo trimestre de 2018, de acordo com o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrou variação de 0,2% em relação aos três meses anteriores, na série sazonalmente ajustada. Setorialmente, houve diminuição de 0,6% na indústria, enquanto a agricultura permaneceu estável. Os serviços, em contrapartida, cresceram 0,3%. Do ponto de vista da demanda, o consumo das famílias ficou praticamente estável (0,1%). O consumo do governo registrou variação de 0,5%. O investimento, por sua vez, registrou queda de -1,8%. Comparativamente ao segundo trimestre de 2017, o PIB apurou variação de 1,0%. Sob a ótica da produção, o resultado interanual refletiu o desempenho positivo da Indústria e dos Serviços, ambos com alta de 1,2%. O Comércio, pertencente ao setor de serviços na métrica do PIB, teve uma alta de 1,9%. Na ótica da demanda, comparativamente ao segundo trimestre de 2017, o consumo das famílias apurou elevação de 1,7%,

enquanto o consumo da administração pública aumentou 0,1%. A formação bruta de capital fixo, por sua vez, teve aumento de 3,7%. Quanto ao setor externo, as exportações diminuíram 2,9%, enquanto as importações cresceram 6,8%. No semestre, o PIB apurou um crescimento de 1,1% em relação ao mesmo período de 2017. No acumulado em quatro trimestres frente aos quatro trimestres imediatamente anteriores, o PIB brasileiro aumentou 1,4%, apresentando mais um resultado positivo. Apesar de positiva, a produção brasileira sentiu os efeitos da greve dos caminhoneiros. Além disto, o desempenho fraco do consumo das famílias vai ao encontro da lenta recuperação da atividade econômica, em especial do mercado de trabalho. Mesmo tendo a atividade registrado o sexto trimestre de alta consecutiva em relação ao trimestre anterior, a mais profunda crise de nossa história recente é também a que temos tido maior dificuldade de recuperação.



Mercado de Trabalho (PNAD Contínua Mensal)

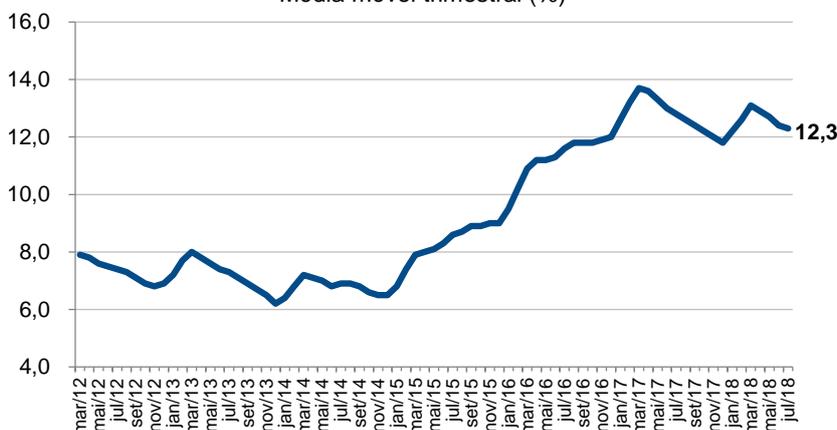
De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, a taxa de desocupação média brasileira foi de 12,3% no trimestre de maio a julho de 2018, diminuindo em relação ao trimestre anterior (12,9% entre os meses de fevereiro a abril) e ficando abaixo do apurado no mesmo período de 2017 (12,8%). O número de pessoas desocupadas no país foi de 12,8 milhões, menor que o apurado no

trimestre anterior, corroborando o movimento de recuperação do mercado de trabalho, ainda que lenta. No que se refere aos componentes da taxa de desocupação, comparativamente ao mesmo período de 2017, o contingente de ocupados aumentou 1,1%, enquanto a força de trabalho disponível cresceu 0,5%. Assim como verificado em trimestres anteriores, o processo de redução no desemprego segue ocorrendo pelo crescimento

de trabalhadores nas posições sem carteira assinada e por conta própria. O rendimento médio das pessoas ocupadas foi de R\$ 2.205,00 no período de maio a julho de 2018, com acréscimo real de 0,8% em relação à remuneração do mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 2.188,00). A massa

de rendimento real cresceu 2,0% na mesma base de comparação. Apesar da sequência de reduções na taxa de desocupação nas últimas declarações, o ritmo de recuperação econômica ainda é lento, o que se mostra como um empecilho para uma retomada robusta do mercado de trabalho.

Taxa de Desocupação
Média móvel trimestral (%)



Fonte: IBGE

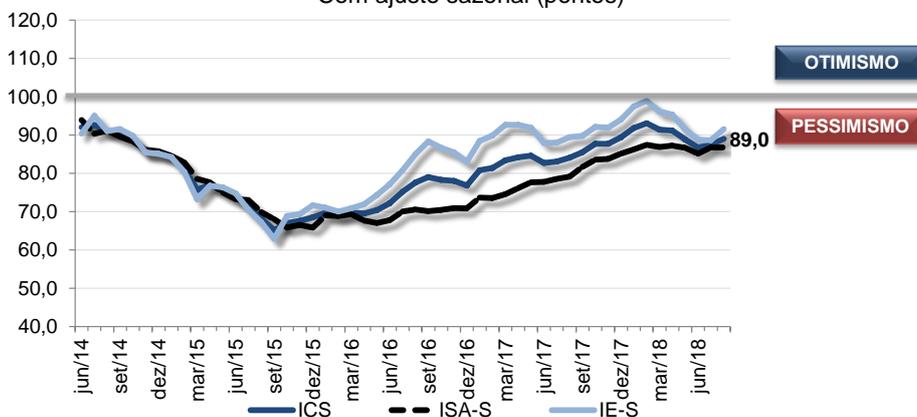
Elaboração: Assessoria Econômica / Fecomércio-RS

Sondagem de Serviços

Em agosto, o Índice de Confiança de Serviços (ICS), da FGV, teve variação de 1,7% ao atingir os 89,0 pontos, na série com ajuste sazonal. O resultado do ICS foi influenciado pelo Índice de Expectativas (IE-S) que avançou 3,3%. O Índice de Situação Atual (ISA-S) apresentou estabilidade no mês (0,0%). A melhora no IE-S é a primeira após o índice ter registrado cinco quedas consecutivas. Em relação ao mês de agosto de 2017, o ICS cresceu 5,4%. Nesta mesma base de comparação, o ISA-S avançou 8,9%, enquanto o IE-S registrou aumento de 2,2%. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) registrou baixa frente

a julho passando de 81,7% para 80,7%, na série dessazonalizada. Comparando este mês com agosto do ano passado, o NUCI recuou de 82,1% para 80,6%. O resultado do mês sugere uma reversão da tendência declinante do índice verificada desde o 2º trimestre do ano. Impulsionada pelas expectativas, a alta se disseminou por 11 dos 13 setores analisados pela pesquisa. No entanto, apesar da melhora, a confiança continua em patamar pessimista. Com isso, o processo de recuperação do setor deve seguir em ritmo moderado nos próximos meses.

Índice de Confiança de Serviços (ICS)
Com ajuste sazonal (pontos)



Fonte: FGV

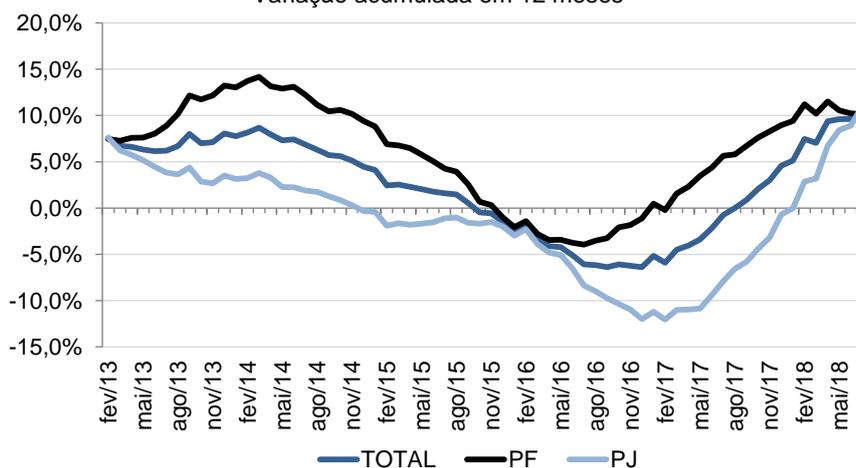
Elaboração: Assessoria Econômica / Fecomércio-RS

O estoque total de crédito do sistema financeiro nacional (incluindo recursos livres e direcionados) registrou variação de -0,2% entre junho e julho e cresceu 2,4% frente ao mês de julho de 2017, totalizando R\$ 3,1 trilhões, conforme o Banco Central. Como proporção do PIB, o montante total de crédito foi de 46,4% ante 46,8% no mês anterior. Na região Sul, para operações iguais ou superiores a R\$ 1 mil, o estoque total de crédito foi de R\$ 575,0 bilhões em julho, mantendo-se estável frente o mês anterior, e registrando crescimento de 5,2% na comparação interanual. As concessões de crédito livre tiveram variação de 0,9% em julho na comparação com junho, na série com ajuste sazonal. Relativamente ao mês de julho do ano passado, as concessões com recursos livres tiveram aumento de 16,8%. No acumulado em 12 meses, até julho, as concessões cresceram 10,5%. A taxa média mensal de juros, para as operações

de crédito com recursos livres diminuiu 0,4 p.p. em julho, registrando 38,1% a.a.. A inadimplência superior a 90 dias, também para as operações com recursos livres, passou de 4,4% para 4,3% entre junho e julho. Há alguns meses tem se ressaltado o crescimento das concessões de crédito para pessoa jurídica. Enquanto que para pessoa física o acumulado em 12 meses tem ficado estável, as concessões PJ vêm consistentemente crescendo. Entretanto, uma conjuntura externa menos favorável e a grande incerteza derivada da cena eleitoral podem exercer influência negativa tanto sobre a oferta quanto sobre a demanda de crédito. Por outro lado, juros mais baixos e uma inadimplência mais reduzida, num processo de retomada, ainda que fraca, da economia, são elementos que contribuem para o crédito continuar se expandindo.

Concessões de Crédito - Recursos Livres

Variação acumulada em 12 meses



Fonte: Banco Central

Elaboração: Assessoria Econômica Fecomércio – RS

Política Fiscal

O setor público consolidado registrou *deficit* primário de R\$ 3,4 bilhões em julho. Desse montante, o Governo Central registrou *deficit* de R\$ 2,7 bilhões, enquanto que o saldo para os Governos Regionais foi deficitário em R\$ 1,8 bilhão. Já nas empresas estatais houve *superavit* de R\$ 1,1 bilhão. Com isso, o setor público consolidado registra saldo *deficitário* de R\$ 77,1 bilhões nos 12 meses encerrados em

julho. O resultado nominal, que inclui o saldo primário e o pagamento de juros, foi de *deficit* de R\$ 29,2 bilhões em julho, acumulando R\$ 471,6 bilhões de déficit em 12 meses. A Dívida Líquida do Governo Geral alcançou R\$ 3.503,5 bilhões (53,7% do PIB). A Dívida Bruta, por sua vez, totalizou R\$ 5.186,5 bilhões, ou 77,0% do PIB.

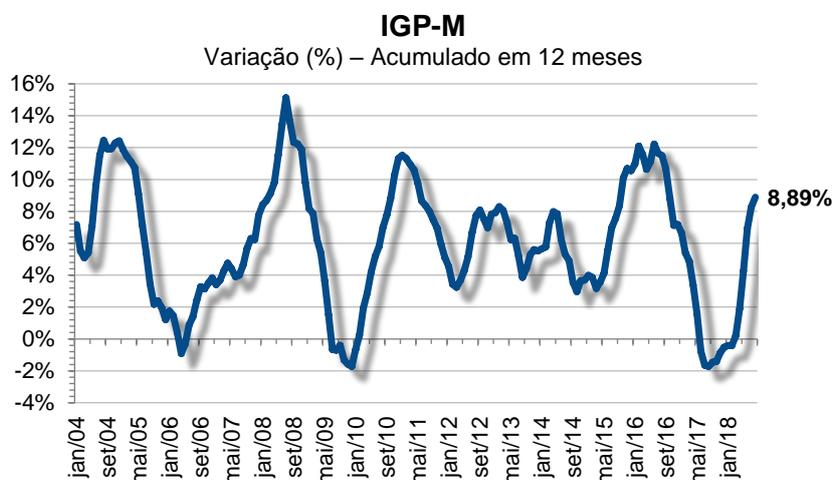
Inflação (IGP-M)

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou variação de 0,70% em agosto. No mês anterior o indicador teve variação de 0,51% enquanto que em agosto de 2017, de 0,10%. Dos componentes analisados, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) teve alta de 0,05% e desacelerou frente a variação de 0,44% verificada

no mês de julho. O Índice de preços ao Produtor Amplo (IPA), por sua vez, foi o responsável pela aceleração do IGP-M no mês com alta de 1,00%, após ter apresentado variação 0,50% no mês anterior. Na análise do IPA por estágios de processamento, o item Matérias Primas subiu 2,61%, enquanto que Bens Intermediários avançou

0,80%. Já para Bens Finais o índice apresentou redução de 0,12%. O Índice Nacional da Construção Civil – (INCC) teve aumento de 0,30%. Em julho, o INCC havia registrado alta de 0,72%.

Com estes resultados, o IGP-M acumula variação de 6,66% no ano de 2018 e de 8,89% em 12 meses.



Fonte: FGV

Elaboração: Assessoria Econômica / Fecomércio-RS

Setor Externo

As Transações Correntes brasileiras, que compõem o Balanço de Pagamentos, registraram um saldo negativo de US\$ 4,4 bilhões, em julho, conforme divulgado pelo Banco Central. O resultado de julho teve saldos negativos verificados na Renda Primária (-US\$ 5,5 bilhões) e nos Serviços (-US\$ 3,0 bilhões). A Balança Comercial, por sua vez, registrou um saldo positivo de US\$ 3,9 bilhões. Na Conta Financeira houve *deficit*

de US\$ 3,2 bilhões. No mesmo mês de 2017, tanto as Transações Correntes quanto a Conta Financeira registraram *deficit*, de US\$ 3,4 bilhões e de US\$ 2,7 bilhões, respectivamente. Em 12 meses, as Transações Correntes acumulam saldo deficitário de US\$ 15,0 bilhões (0,8% do PIB). Por fim, o estoque de reservas internacionais foi de US\$ 379,4 bilhões, com variação de -0,8% ante o mês de junho (US\$ 379,5 bilhões).

Boletim Focus

PROJEÇÕES FOCUS

INDICADORES SELECIONADOS	2018		2019	
	Última Semana	Atual	Última Semana	Atual
IPCA	4,17%	4,16%	4,12%	4,11%
PIB (Crescimento)	1,47%	1,44%	2,50%	2,50%
Taxa de Câmbio – fim de período	R\$/US\$ 3,75	R\$/US\$ 3,80	R\$/US\$ 3,70	R\$/US\$ 3,70
Meta Taxa Selic – fim de período (% a.a.)	6,50%	6,50%	8,00%	8,00%
IPCA nos próximos 12 meses	3,75%			

Fonte: Banco Central (Boletim Focus de 31 de agosto de 2018)

Dados que serão divulgados entre os dias 03 de setembro e 06 de setembro

Indicador	Referência	Fonte
Pesquisa Industrial Mensal – P. Física – BR	Julho de 2018	IBGE
IPCA e INPC	Agosto de 2018	IBGE

Caso queira receber o **Monitor Econômico Semanal**, em versão eletrônica, entre em contato através do e-mail: assec@fecomercio-rs.org.br

É permitida a reprodução total ou parcial deste conteúdo, elaborado pela FECOMÉRCIO-RS, desde que citada a fonte/elaboração. A FECOMÉRCIO-RS não se responsabiliza por atos/interpretações/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações.